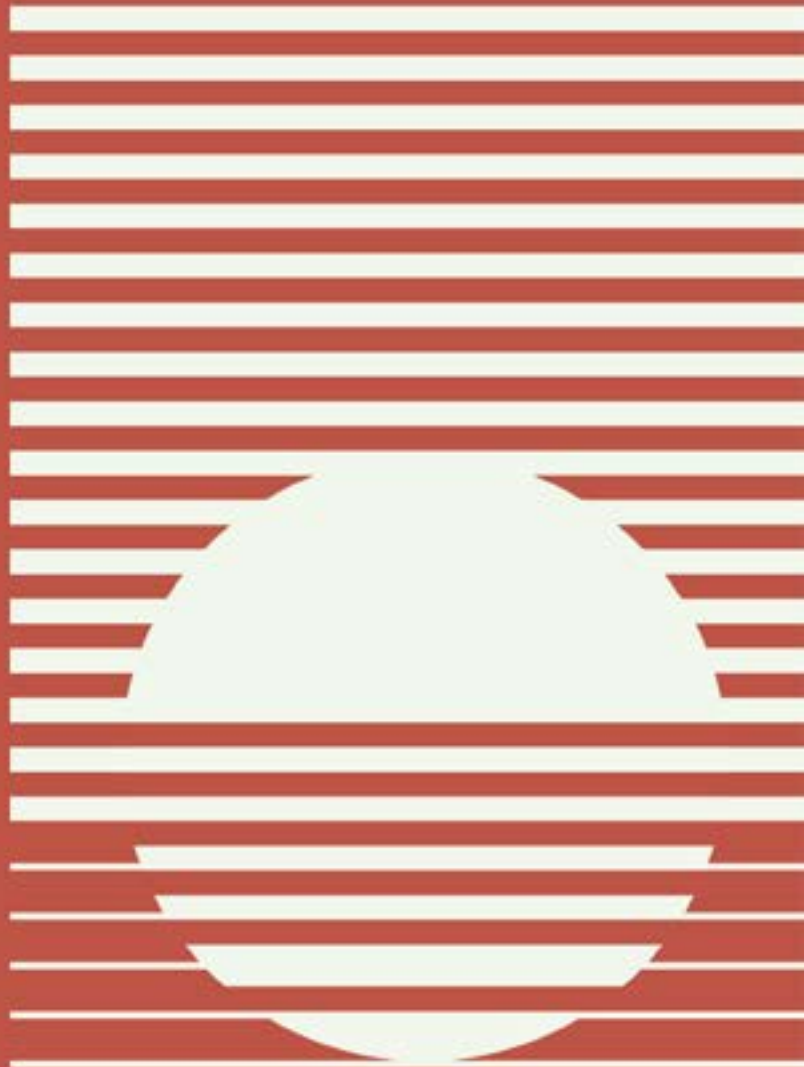


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



04
2025



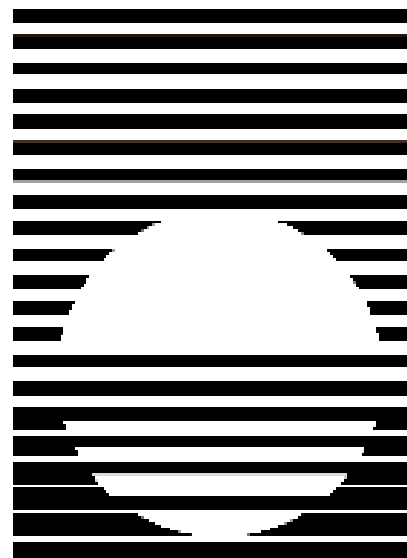
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz.

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque.

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Marília Closs, Matheus Petrelli, Lucas Berti, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista.

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA
opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Governo Milei fecha acordos com FMI e China, mas pressão interna continua

Gabriel Boric visita o Brasil e reforça compromisso com a integração sul-americana

Página 05

Caso de espionagem da Agência Brasileira de Inteligência no Paraguai gera tensões entre os países

Prisão de ex-presidente peruano e asilo de ex-primeira-dama no Brasil geram repercussão

Página 06

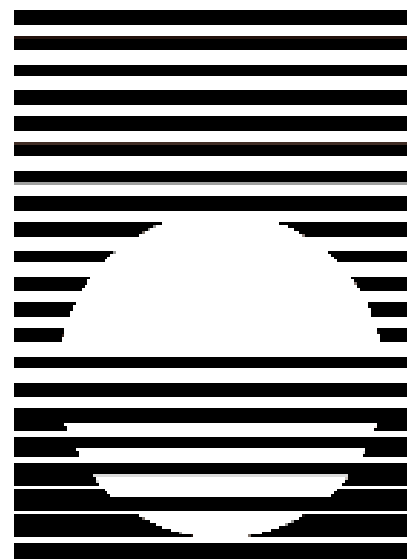
Daniel Noboa é reeleito presidente do Equador

Guiana recebe visita do Ministro da Defesa do Reino Unido e realiza ações militares com os Estados Unidos

Página 07

Cúpula da Celac termina sem consenso entre os membros e protesto do Paraguai

Países do Mercosul reagem frente ao “tarifaço” de Donald Trump e ministros se reúnem em Buenos Aires



Governo Milei fecha acordos com FMI e China, mas pressão interna continua

No dia 8 de abril, a Argentina assinou o seu 23º acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Desta vez, foi concedido uma linha de crédito no valor de US\$ 20 bilhões, que se soma à dívida de US\$ 45 bilhões que o país já tinha com o Fundo, devido a um empréstimo contraído durante o governo de Mauricio Macri, em 2018. Como contrapartida, a Argentina precisará acumular reservas internacionais líquidas no valor de US\$ 4 bilhões até o final do ano, e de US\$ 8 bilhões em 2026. Além disso, o país se comprometeu a dismantlar grande parte de seus controles cambiais. O novo regime de taxa de câmbio permitirá que a moeda nacional flutue entre 1.000 e 1.400 pesos por dólar. A instituição financeira afirma, ainda, que a implementação exitosa do programa poderá reduzir os custos de empréstimos para a Argentina e fazer com que o país volte a acessar os mercados de capitais internacionais até o início de 2026. Contudo, o acordo vem sendo considerado ilegítimo por alguns setores da sociedade argentina, já que o Congresso não participou ativamente das negociações. Ocorre que, no mês passado, o presidente conseguiu reunir maioria legislativa para aprovar um decreto que lhe dava permissão para negociar de forma unilateral o acordo. Alguns especialistas argumentam que a manobra abre um precedente para que a dívida pode ser questionada e desconsiderada por governos futuros. Outra medida que pode aliviar, no curto prazo, a pressão inflacionária na Argentina foi a renovação de um acordo de swap comercial com a China, anunciado no dia 10 de abril. Com isso, o país sul-americano receberá um aporte de US\$ 5 bilhões de Pequim. Entretanto, notícias positivas para o governo, no âmbito da economia, contrastam com uma intensa pressão política no plano doméstico. No dia 3 de abril, o Senado rejeitou a indicação de Milei de dois ministros para compor a Corte Suprema de Justiça. A votação contou com o apoio, inclusive, de senadores vinculados ao partido PRO, liderado pelo ex-presidente Mauricio Macri, que têm se aliado a Milei nas principais pautas do governo. O rechaço do Senado se deve, dentre outros motivos, ao fato de o presidente ter feito as nomeações por meio de decreto, algo que não é previsto na constituição. Além da pressão no legislativo, o governo também vem enfrentando pressão nas ruas. No dia 10 de abril, a maior central sindical do país, a Confederación General del Trabajo (CGT), organizou uma greve geral, que paralisou o sistema de

transportes do país por 24 horas, afetando inclusive o funcionamento dos aeroportos e dos hospitais públicos. O protesto teve como alvo a política de austeridade implementada desde a chegada de Milei à presidência. O governo divulgou que a paralisação custou US\$ 880 milhões aos cofres públicos.

Fontes: [Página 12](#), 08/03/25; [Clarín](#), 03/04/25; [Brasil de Fato](#), 09/04/25; [Página 12](#), 11/04/25; [Infomoney](#), 14/04/25; [Radio Actual](#), 15/04/25.

Gabriel Boric visita o Brasil e reforça compromisso com a integração sul-americana

Entre os dias 22 e 25 de abril, o presidente chileno Gabriel Boric visitou o Brasil para fortalecer projetos comerciais e políticos entre os países. No dia 22, Boric reuniu-se com seu homólogo brasileiro, Lula, ocasião em que foram assinados 14 acordos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, agricultura e pecuária, segurança pública e cultura. Em seu discurso à imprensa, após a reunião, Boric destacou a importância da visita ao Brasil, no contexto do aumento tarifário estabelecido pelos EUA aos seus parceiros comerciais e da disputa comercial entre os EUA e a China. O presidente chileno afirmou que o Chile é contra a “politização arbitrária” do comércio exterior, ressaltando que, na atualidade, é mais importante do que nunca que os países da América do Sul reforcem seus laços. Ademais, Boric defendeu a “autonomia estratégica” do Chile para manter relações comerciais com a China e os EUA. Na ocasião, o presidente Lula expressou sua intenção de viabilizar uma reunião bilateral entre a China e o Chile. No dia 23, Boric participou de uma mesa-redonda para explorar oportunidades de investimento no Corredor Bioceânico, que, segundo o presidente chileno, representa um passo concreto levar a integração da América do Sul para “além da retórica”. O Corredor Bioceânico é um projeto de integração de infraestrutura lançado em 2015, que ligará o Oceano Pacífico ao Oceano Atlântico por meio de uma malha rodoviária de 2.400 km, que passará pelo Chile, Brasil, Argentina e Paraguai. A iniciativa diminuirá o tempo de transporte de cargas comerciais em cerca de 10 dias e, com isso, reduzirá custos do comércio entre os países sul-americanos e a Ásia e a África. O Corredor Bioceânico conta com investimento da China, que visa impulsionar suas

relações comerciais com países sul-americanos. A falta de engajamento do Chile foi um dos motivos que enfraqueceram a implementação do projeto na última década. No entanto, o comprometimento do país com a iniciativa aumentou durante o governo Boric, que lançou um plano de obras no dia 14 de abril. Boric afirma que o projeto, considerado uma das principais obras de infraestrutura regional, “será um símbolo do que a América do Sul pode conquistar quando se une”.

Fontes: [O Globo](#), 14/04/2025; [La Tercera](#), 22/04/2025; [La Tercera](#), 22/04/2025; [Carta Capital](#), 22/04/2025; [Poder 360](#), 22/04/2025; [Presidencia de Chile](#), 23/04/2025.

Caso de espionagem da Agência Brasileira de Inteligência no Paraguai gera tensões entre os países

No dia 17 de abril, o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Luiz Fernando Corrêa, foi convocado a prestar depoimento acerca do caso conhecido como “Abin Paralela”. Além de denúncias sobre o monitoramento irregular de autoridades durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o caso gerou implicações para as relações entre o Brasil e o Paraguai. Ao final do mês de março, o Portal UOL publicou reportagem na qual afirmava que a Abin teria executado uma ação hacker no Paraguai, com o intuito de acessar informações privilegiadas sobre as negociações do Anexo C do Tratado de Itaipu. As acusações são de que o planejamento da espionagem teve início na antiga gestão da agência, sob a administração de Jair Bolsonaro. Contudo, a ação teria sido, de fato, executada com a autorização do atual diretor, Luiz Fernando Corrêa. Por sua vez, no dia 31 de março, o governo Lula emitiu um comunicado no qual nega categoricamente qualquer tipo de envolvimento com os atos ilegais. O estremecimento no relacionamento bilateral fez com que o Paraguai suspendesse negociações diplomáticas em torno do Anexo C até que o Brasil apresente explicações convincentes. A revelação do caso de espionagem provocou um abalo na confiança entre os países. Nas palavras do presidente paraguaio, Santiago Peña, “está demonstrado que recebemos constantes ciberataques que provêm da China, mas jamais imaginamos que estaríamos sujeitos a espionagem por parte de nossos irmãos e vizinhos brasileiros”. Para além

da suspensão das negociações referentes ao Anexo C, o governo paraguaio também anunciou, em 02 de abril, outras três medidas com o intuito de lidar com a situação: convocação de consultas imediatas ao embaixador do Paraguai no Brasil, Juan Ángel Delgadillo; convocação do embaixador do Brasil no Paraguai, José Antonio Marcondes, para que ele oferecesse explicações detalhadas sobre as acusações; e início de uma investigação detalhada conduzida pelo Ministério de Tecnologias da Informação e Comunicação do Paraguai sobre os eventos ocorridos entre junho de 2022 e março de 2023. No contexto das investigações conduzidas pela Polícia Federal do Brasil, além de Corrêa, o ex-diretor-adjunto, Alessandro Moretti, também foi intimado. Eles terão que esclarecer as suspeitas de envolvimento do governo Lula na obstrução das investigações da Abin Paralela desde 2023, além do caso de espionagem sob o governo paraguaio.

Fontes: [UOL](#), 31/03; [La Nación](#), 31/03; [La Nación](#), 02/04; [La Nación](#), 04/04; [CNN Brasil](#), 17/04; [La Nación](#), 19/04.

Prisão de ex-presidente peruano e asilo de ex-primeira-dama no Brasil geram repercussão

No dia 15 de abril, o ex-presidente do Peru, Ollanta Humala, e a ex-primeira-dama, Nadine Heredia, foram condenados a 15 anos de prisão pela justiça peruana. De acordo com a sentença lida pela juíza da Corte Superior Nacional, a condenação corrobora a acusação feita pelo Ministério Público peruano pelo crime de lavagem de dinheiro. Segundo a denúncia, o dinheiro para as campanhas presidenciais de Humala, em 2006, a qual perdeu, e 2011, na qual foi eleito presidente, foi recebido de maneira ilegal por contribuições do governo da Venezuela e da empresa Odebrecht. Humala, que estava presente na sessão, foi levado preso em seguida, ao contrário de sua esposa, Nadine Heredia, que não compareceu à leitura da sentença. O advogado da ex-primeira-dama informou que ela estava hospitalizada. Ainda no dia 15, por meio de nota oficial, o Ministério das Relações Exteriores do Peru comunicou que Nadine havia pedido asilo diplomático na Embaixada do Brasil, nos termos da Convenção sobre Asilo Diplomático de 1954 da Organização dos Estados Americanos, assinada pelos dois países. Na noite do mesmo dia, a presidente peruana Dina Boluarte concedeu sal-

vo-conduto à ex-primeira-dama para que deixasse o país em direção ao Brasil em um avião da Força Aérea Brasileira. O caso gerou intensa repercussão em ambos os países. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, alegou que o Brasil concedeu asilo à Nadine por razões humanitárias. Já o Ministro das Relações Exteriores do Peru, Elmer Schialer, afirmou que a justiça peruana pode pedir a extradição da ex-primeira-dama. Logo após esse caso, no dia 23, o ex-presidente Martín Vizcarra e mais dois ex-ministros foram denunciados pelo Ministério Público sob a suspeita de irregularidades na compra de testes rápidos de Covid-19. Desde 1990, seis ex-presidentes do Peru foram acusados de corrupção após terminarem os seus mandatos, dos quais cinco foram presos e um se suicidou momentos antes.

Fontes: [La República](#), 15/04/2025; [La República](#), 15/04/2025; [CNN Brasil](#), 15/04/2025; [BBC Brasil](#), 16/04/2025; [La República](#), 23/04/2025; [La República](#), 23/04/2025.

Daniel Noboa é reeleito presidente do Equador

No dia 13 de abril, o Equador realizou o segundo turno da eleição para decidir seu novo presidente da República. Disputaram o pleito o atual presidente, Daniel Noboa, do partido Acción Democrática Nacional, e a opositora, Luiza González, do Revolución Ciudadana. Noboa recebeu 55,63% dos votos válidos e foi reeleito. Luisa González recebeu 44,37% dos votos e, diante do resultado, em seu discurso de derrota, declarou que não reconhece o resultado das urnas e que o país acabara de vivenciar ‘a maior fraude eleitoral da história’. Outros políticos do Revolución Ciudadana compartilharam nas redes sociais que as missões de observação da eleição enviadas pela Organização dos Estados Americanos e pela União Europeia haviam identificado fraudes. Por sua vez, os observadores negaram a afirmação de que haviam acusado fraudes no processo eleitoral, mas apresentaram um relatório apontando irregularidades e fragilidades institucionais que foram averiguadas na organização do processo eleitoral, o que, porém, não invalidava o resultado das urnas. Entre os apontamentos feitos pelos observadores, estavam o não cumprimento do licenciamento obrigatório por Daniel Noboa e o uso do dispositivo de estado de exceção em algumas províncias do país. O resultado

oficial foi validado pela presidenta do Conselho Nacional Eleitoral, Diana Atamaint, no dia 24 de abril, após audiência que negou o pedido para anular 1.875 atas do segundo turno por irregularidades, apresentado pelo Revolución Ciudadana. No dia 27 de abril, último dia para recurso, o partido apresentou uma nova objeção, pela qual apresentava a cópia de 1.021 atas, nas quais acusava irregularidades.

Fontes: [BBC](#), 13/04/2025; [Associated Press](#), 15/04/2025; [France 24](#), 15/04/2025; [El Comercio](#), 24/04/2025; [Primícias](#), 26/05/2025; [El Comercio](#), 27/04/2025.

Guiana recebe visita do Ministro da Defesa do Reino Unido e realiza ações militares com os Estados Unidos

No dia 10 de abril, o Ministro da Defesa do Reino Unido, Vernon Coaker, desembarcou na Guiana e reuniu-se com o presidente Irfaan Ali. A reunião foi seguida pela assinatura de um Memorando de Entendimento entre as Forças de Defesa da Guiana e o Ministério de Defesa do Reino Unido. Além dos britânicos, a Guiana também celebrou, em 11 de abril, a conclusão bem-sucedida da missão da Equipe de Assistência Médica das Pequenas Antilhas 2025 (LAMAT 2025), um intercâmbio médico entre militares estadunidenses e guianenses. Os exercícios militares e patrulhamentos em conjunto com a marinha estadunidense vêm sendo atividade recorrente no país, em um contexto de acirramento das tensões fronteiriças entre Guiana e Venezuela. Em 16 de abril, o governo venezuelano denunciou a presença de navios militares da Guiana em Essequibo, alegando violação do direito internacional por parte da gestão de Irfaan Ali. Anteriormente, no dia 2, Donald Trump havia anunciado barreiras tarifárias para diversos países, incluindo a Guiana. Porém, diferente das tarifas impostas aos vizinhos, como o Suriname e o Brasil, que ficaram em torno de 10%, o percentual aplicado à Guiana foi de 38%. A justificativa do governo Trump é o percentual tarifário que a Guiana aplica aos Estados Unidos que, segundo a metodologia utilizada pelos EUA, chegaria a 76%. No entanto, as exportações de petróleo, ouro e bauxita ficaram isentas dessa taxa, que acabou recaindo sobre os setores do açúcar e da pesca guianesa. O anúncio tarifário foi feito cerca de uma semana após a visita de Marco Rubio, que, na ocasião, reforçou publicamente os laços de amizade

entre os dois países e a preocupação com a presença chinesa na região.

Fontes: [France 24](#), 01/03/2025; [Stabroek News](#), 27/03/2025; [Caribbean Life](#), 03/04/2025; [Guyana Times](#), 12/0/2025; [BBC](#), 14/04/2025; [Brasil de Fato](#), 17/04/2025; [Southcom](#), 21/04/2025; [Diálogo Américas](#), 23/4/2025.

Cúpula da Celac termina sem consenso entre os membros e protesto do Paraguai

No dia 9 de abril ocorreu a 9ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em Tegucigalpa, capital de Honduras. Além de discursar a favor de uma maior integração da América Latina e do Caribe e sua união frente “a uma nova ordem global”, o presidente do Brasil, Lula da Silva, defendeu uma candidatura unificada da região para a Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), enfatizando que o organismo nunca foi presidido por uma mulher, e propôs uma reformulação da regra de consenso da CELAC. Lula não citou diretamente as recentes decisões implementadas pelo governo de Donald Trump, mas criticou as “tarifas arbitrárias”, a “criminalização de migrantes” e as “guerras comerciais”. O presidente brasileiro declarou como prioridades da ação coletiva o fortalecimento da democracia, o combate às mudanças climáticas e a integração econômica e comercial. Em sua primeira intervenção internacional, o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi, mencionou o debilitamento do sistema internacional e defendeu os direitos humanos, a democracia e o direito internacional e humanitário. Ao final, 30 dos 33 países da comunidade aprovaram a Declaração de Tegucigalpa que critica “a imposição de medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional, incluindo as restritivas ao comércio internacional”, reivindica o fortalecimento da CELAC como mecanismo de concertação política, proclama a região como Zona de Paz e defende o multilateralismo. O documento não contou com o apoio das delegações da Nicarágua, da Argentina e do Paraguai que contestaram o texto, especificamente nos trechos que tratam das medidas comerciais, do lançamento de uma candidatura única para a ONU e da igualdade de gênero. Os presidentes da Argentina e do Paraguai, Javier Milei e Santiago Peña, não participaram da Cúpula, mas se encontraram em Assunção, capital paraguaia. A

Colômbia, representada atualmente pelo presidente Gustavo Petro, assumirá a presidência pro tempore da CELAC no período 2025-2026. Depois da reunião, o Ministério de Relações Exteriores do Paraguai emitiu uma nota denunciando uma suposta “violação de procedimentos” e criticando a justificativa de “consenso suficiente” para a aprovação da declaração com a alegação de que o dispositivo não consta no direito internacional.

Fontes: [G1](#), 09/04/2025; [Palácio do Planalto](#), 09/04/2025; [Carta Capital](#), 09/04/2025; [Poder 360](#), 09/04/2025; [Infobae](#), 09/04/2025; [Telesur](#), 10/04/2025; [Carta Capital](#), 10/04/2025; [Agência Brasil](#), 10/04/2025; [CNN Brasil](#), 10/04/2025; [Grupo R Multimídia](#), 10/04/2025.

Países do Mercosul reagem frente ao “tarifaço” de Donald Trump e ministros se reúnem em Buenos Aires

No início de abril, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a instauração de novas alíquotas de importação para diversos países do mundo, incluindo os da América do Sul. Na região, enquanto Brasil e Uruguai defenderam a “continuação das negociações”, Argentina e Paraguai “comemoraram” a tarifa – todos os países foram taxados em 10%. Lula alegou que o Brasil tomaria as medidas cabíveis e que a decisão de Trump ia contra os compromissos assumidos na Organização Mundial do Comércio (OMC). Javier Milei, presidente da Argentina, afirmou que atenderá aos pedidos comerciais dos Estados Unidos. Já o presidente do Uruguai, Yamandú Orsi, defendeu uma atitude de “inteligência diplomática” para negociar com os representantes estadunidenses; e o presidente do Paraguai, Santiago Peña, disse que a situação do seu país é boa se comparada a de outras nações. No dia 11, os Ministros de Relações Exteriores do bloco se reuniram em Buenos Aires para “refletir sobre a situação do Mercosul e as perspectivas para o processo de integração regional”. Durante o encontro, os representantes trataram dos avanços recentes, com destaque para a conclusão das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia, e priorizaram novas agendas, como as negociações com o EFTA e com os Emirados Árabes Unidos. Ao final, os países concordaram com a necessidade de ampliar temporariamente a Lista Nacional de Exceções à Tarifa Externa Comum de cada Estado Parte para até 50 códigos tarifários e discutir a modernização do

bloco durante a reunião do Grupo Mercado Comum, na próxima reunião de chanceleres e na reunião de presidentes que acontecerá em julho. O chanceler do Uruguai, Mario Lubetkin, celebrou que o bloco caminha rumo a uma “modernização”. A chancelaria da Bolívia, na figura da titular da pasta, Celinda Sosa, afirmou que mantém a “firme posição de que a integração regional deve beneficiar a todos os povos do bloco” e defendeu negociações com “terceiros países”.

Fontes: [G1](#), 06/04/2025; [Mercosul](#), 11/04/2025; [Clarín](#), 11/04/2025; [Carta Capital](#), 11/04/2025; [El Diario](#), 12/04/2025; [El Deber](#), 12/04/2025; [Grupo R Multimedio](#), 15/04/2025.

